

Capítulo 6 - Texto de referência

Conhecendo o sistema tributário brasileiro

O quanto você sabe sobre tributos? Já ouviu notícias ou debates sobre reforma tributária? Sabe como funciona o sistema tributário brasileiro? E já pensou como esse sistema impacta as políticas sociais, a vida de todos nós e, por isso, gera intensas disputas? Vamos conhecer um pouco mais sobre esse tema tão relevante para todos nós?!

Pra começar, é importante entender o que são os tributos... Eles são pagamentos compulsórios, obrigatórios, previstos em lei, pagos pelos contribuintes ao Estado. No Brasil temos cinco tipos de tributos: (1) impostos (como o Imposto de Renda – IR); (2) contribuições sociais (como o Programa de Integração Social – PIS e as contribuições previdenciárias); (3) contribuições de melhoria (quando uma obra pública valoriza propriedades individuais); (4) taxas (cobradas por serviços prestados pelo Estado, como a taxa para tirar passaporte) e (5) empréstimos compulsórios (cobrados pelo Estado em situações excepcionais, como guerras). Alguns dos tributos são recolhidos pela União, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Importações; outros são recolhidos pelos estados, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e há tributos municipais, como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O sistema tributário brasileiro é formado pelo conjunto dos tributos, bem como das leis e regras de como eles são apurados e coletados, quem está isento, as competências administrativas etc. É por meio desse sistema tributário que o Estado arrecada os recursos que financiam suas ações (inclusive as políticas sociais) e também é por meio dele que se estabelecem ações “extrafiscais”, como quando há incentivos a determinado setor produtivo por meio da redução de impostos ou o aumento / a redução

de impostos sobre importações. Além disso, o sistema tributário pode contribuir para reduzir desigualdades, como o aumento de alíquotas de impostos pagos pelas pessoas ricas. Portanto, o sistema tributário é, também, um instrumento de política comercial, macroeconômica e redistributiva.

A carga tributária, por sua vez, é a comparação proporcional entre tudo o que foi recolhido com tributos e o Produto Interno Bruto (PIB), que é a produção total do país. A carga tributária do Brasil é considerada alta e se aproxima da média de países ricos da América do Norte e da Europa. Ao se examinar quais são as principais bases tributárias, ou seja, quais são as principais fontes da arrecadação, percebe-se que são os impostos sobre renda (especialmente os salários) e sobre circulação de mercadorias (como as compras nos supermercados e mercearias). Isso significa que a base tributária brasileira incide, principalmente, no trabalho e no consumo e serviços, ou seja, ela tem tido baixa capacidade redistributiva, não contribuindo para reduzir desigualdades, pois alcança todas as classes sociais de igual forma. Por exemplo, o imposto sobre o consumo de um produto é igual para todos, o que impacta pessoas que têm rendas diferentes de forma desigual, ou seja, o percentual que se paga sobre um alimento, como o leite, tem peso diferenciado em famílias mais ricas e mais pobres, pois pesa proporcionalmente bem mais no orçamento doméstico das últimas.

Levando em consideração as desigualdades econômicas existentes na sociedade, pode-se classificar o sistema tributário em **progressivo**, quando a cobrança aumenta conforme aumenta a renda, ou **regressivo**, quando onera proporcionalmente mais os pobres, aumentando a desigualdade de renda após a cobrança dos tributos. Esse segundo tipo caracteriza o sistema tributário brasileiro, que tem altas alíquotas no ICMS, o que penaliza famílias mais pobres; tratamento privilegiado a rendimentos do topo, como deduções com educação e isenções de ganhos de capital no IR; baixa tributação sobre patrimônio, quando se comercializa esses bens, por exemplo; conversão de altos rendimentos do trabalho em capital, como isenções para pessoas físicas dos rendimentos com lucros e dividendos. Portanto, o sistema tributário brasileiro, embora sirva para financiar a atividade estatal, não tem contribuído para reduzir as desigualdades nos últimos trinta anos; pelo contrário, ele tem aumentado a desigualdade de renda entre os cidadãos.

Várias iniciativas já procuraram alterar essa característica de regressividade do sistema tributário brasileiro. A maior parte delas precisa ser debatida e decidida pelo Poder Legislativo. Com isso, a complexidade do sistema e os conflitos gerados têm

dificultado sua aprovação, pois há interesses políticos relacionados aos entes federados, como os de competência para instituir impostos; interesses econômicos de vários setores produtivos e de segmentos sociais, como os relacionados ao ICMS; preocupações com impactos na arrecadação e com os efeitos das mudanças na economia em geral. Portanto, alterar a regressividade do sistema tributário brasileiro não tem sido tarefa fácil! Ainda assim, é muito importante que todo cidadão entenda como o sistema funciona e os impactos dessas decisões não só nas políticas sociais, mas também na vida de cada pessoa.

Fonte: LAZZARI, Eduardo Alves. *Sistema Tributário Brasileiro: carga, regressividade e políticas públicas*. In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil**: o que, por que, como, de quem, para quem? Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p.119-137).